

COMISSÃO DE CIENCIA E TECNOLOGIA COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Requerimento nº ____/2001 (do Sr. Deputado Gilmar Machado)

Solicita a realização de audiência pública para tratar de Programas de Fomento ao Ensino Superior (Graduação e Pós-Graduação) e formação de pesquisadores.

Sr. Presidente:

Requeiro à Vossa Excelência, com base no artigo 24, inciso XIV, e nos arts. 255 e ss. do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o Plenário, seja realizada audiência pública para tratar de Programas de Fomento ao Ensino Superior (Graduação e Pós-Graduação) e formação de pesquisadores, com a presença das seguintes autoridades e representantes das seguintes entidades:

1. Dr. Paulo Renato Souza – Ministro da Educação;
2. Prof. Dr. José Carlos Almeida da Silva – Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras;
3. Prof. Dr. Dante Augusto Guto Barone – Presidente da Comissão Executiva Nacional em Defesa do Programa Especial de Treinamento;
4. M. Sc. Felipe Chiarello, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)
5. Acad. Wadson Ribeiro – Presidente da União Nacional de Estudantes (UNE);
6. Acadêmico Rodrigo Martins Costa – UNESP – Ilha Solteira.

JUSTIFICAÇÃO

Como é notoriamente sabido, o desenvolvimento econômico de uma nação só é possível com investimentos substitutivos e crescentes na formação de recursos humanos qualificados.

A tríade principiológica contida no artigo 207 da Constituição Federal que coloca o ensino, a pesquisa e a extensão como princípios indissociáveis do ensino superior está longe de ser uma realidade.

Olvidando todas as lógicas e princípios que colocam o ensino superior e o fomento de programas de pesquisa e extensão como um dos pilares do desenvolvimento autônomo e soberano do país, o Governo Federal tem relegado a educação superior e os programas fomentadores de pesquisa a segundo plano.

As universidades brasileiras e, principalmente as públicas, em que pese as limitações de toda ordem impostas pelo Governo, ainda são as grandes responsáveis pela produção de conhecimento, pesquisa e tecnologia no País.

Dadas as taxas reduzidas de expansão de oferta de bolsas de Pós-Graduação e Graduação, disponibilizadas tanto pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, quanto o de Educação, bem como a possível extinção de Programa de excelência na formação de recursos humanos no âmbito do MEC, a exemplo do Programa Especial de Treinamento, urge que estas questões sejam discutidas.

É premente que sejam discutidos as metas dos Ministérios de Ciência e Tecnologia e de Educação para a área estratégica de formação de recursos humanos qualificados. Urge que sejam discutidos os Programas de Fomento no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (bolsas de Pós-Graduação no país e no exterior e Programa PIBIC) bem como os de âmbito do Ministério da Educação (Bolsas de Pós-Graduação no país e no exterior, e Projetos de Fomento à Graduação – Programa Graduação Sanduíche e Programa Especial de Treinamento).

A falta de políticas públicas do Governo brasileiro para o ensino superior e, em especial para a pesquisa e extensão, não é fato imotivado e isolado: trata-se de uma lógica muito mais ampla e perversa inserida no contexto do neoliberalismo que pretende traçar os destinos do ensino nos países do terceiro mundo e em especial da América Latina. Dentro desta lógica, à estes países não compete desenvolver conhecimento, ciência e tecnologia para um desenvolvimento soberano e auto-sustentável. A eles apenas será “lícito” fornecer matéria prima e mão de obra técnica e profissionalizada para as multinacionais, bem como mercado de consumo para os produtos destas. A eles apenas será “lícito” importar, a um alto custo para o País, conhecimentos, *know how* e tecnologias desenvolvidas para outras realidades.

DIANTE DO EXPOSTO, requer à Vossa Excelência, com base no artigo 24, inciso XIV, e nos arts. 255 e ss. do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o Plenário, seja realizada audiência pública para tratar de Programas de Fomento ao Ensino Superior (Graduação e Pós-Graduação) e formação de pesquisadores, requerendo ainda, aprovado o requerimento, sejam tomadas as providências de praxe para a realização da audiência solicitada.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2001.

Deputado **GILMAR MACHADO**